

Comunidade de Acolhida, Convivência e Ação – 3A

Metodologia inspiradora para os encontros das Comunidades locais de Partilha e Ação

1. Qual o sentido da convivência no contemporâneo e por que criarmos comunidades locais?

A convivência social é um dos ativos sociais mais relevantes da espécie humana. E o mundo contemporâneo, em particular nas grandes cidades, sofre um progressivo déficit dessa experiência de partilha. As periferias conseguem manter um pouco mais esse tipo de vivência coletiva, mas também nelas a convivência e o cuidado mútuo devem ser estimulados. Com efeito, um elemento central na vida contemporânea é a possibilidade da pessoa ser acolhida, ouvida e receber/praticar gestos de solidariedade. Essas necessidades humanas, como vários estudos e testemunhos assinalam, são algumas das principais razões para que as pessoas busquem a inserção em redes sociais diversas, em especial as religiosas.

Os “terreiros” das religiões afro-brasileiras, desde o século XIX; as comunidades eclesiais de base – CEBs – criadas pelas igrejas cristãs, em particular a católica, nas periferias do Brasil a partir dos anos 60 do século XX; e as comunidades evangélicas, em particular neste século, sempre atuaram como espaços de acolhimento, cuidado mútuo e, não menos importante, de ação comum. A experiência dos núcleos do PT, nas décadas de 80 e 90, foram inspiradas, em certa medida, nas CEBs, e valorizavam os estudos sobre a conjuntura e a produção de ações coletivas no território local. Faltava a eles, todavia, o reconhecimento da importância de se trabalhar a subjetividade, as emoções e a reflexão sobre os valores éticos que orientam a ação política. Beber dessas experiências ancestrais, ainda presentes no contemporâneo, e aproveitar o que há de bom em cada uma delas é central para a nossa comunidade.

A ênfase nos 3As – acolhimento, afeto e ação - têm como base as demandas subjetivas e objetivas existentes no mundo social brasileiro, especialmente nas grandes cidades, e a importância de resgatar saberes construídos pelos que vieram antes de nós. As experiências dos que vieram antes de nós estimula a criação de grupos locais que tenham a convivência, o cuidado mútuo e a ação comum como elementos centrais na caminhada dos seus membros. Esse coletivo exige, para se fortalecer, uma metodologia que pressuponha a convivência na diversidade como um dos elementos chaves para

fortalecer a democracia, construir uma agenda centrada na dignidade humana e estabelecer vínculos entre os sujeitos singulares e o contexto no qual vive. A esse coletivo no território social chamamos de Comunidade Local de partilha e ação – a CL do 3A.

2. O que são e como funcionarão nossas Comunidades Locais – CLs?

A “comunidade local de partilha e ação - CL” deve ter, no máximo, 12 integrantes – na verdade, 10 membros regulares é o número ideal para cada uma delas. O fato decorre da necessidade de que haja espaço para a partilha - fala e escuta. Quanto maior o grupo, mais difícil garantir isso. Com efeito, a metodologia de encontros da comunidade objetiva materializar coletivos que reúnam a capacidade de cuidar de seus membros subjetiva e objetivamente, além de construir iniciativas que estimulem o desenvolvimento do território e fortaleça a radicalidade das práticas democráticas. Para isso, os participantes precisam construir laços sólidos, devem estar dispostos a se ouvirem e cuidarem uns dos outros.

Nesse sentido, o papel do/a líder é crucial, pois cabe a ele/a convidar as pessoas a se associarem ao 3A, organizar a pauta, convocar as reuniões, coordenar as ações locais e ser o/a representante da comunidade local diante de outras similares e participar das instâncias mais abrangentes do nosso movimento. Ele/a deve também acompanhar e avaliar o desenvolvimento do grupo, estar atento a possíveis conflitos e encontrar caminhos para sua solução. A Comunidade Local será constituída a partir da sua iniciativa e capacidade de cumprir esse papel coordenador. Para isso, ele/a deverá escolher um/a colíder, que deverá partilhar as responsabilidades de liderança, cada um/a de acordo com seu perfil e seu saber. Por isso, o processo formativo de lideranças é parte constitutiva da metodologia, sendo estimulada a participação solidária, a empatia e, por extensão, o altruísmo, a capacidade de escuta, a formação política democrática e emancipatória.

Constituído o grupo, a partir da articulação da liderança e de pessoas que lhe são próximas, ele passa a funcionar como um “célula local”. Significa que outros membros só podem entrar caso algum saia. Qualquer novo membro deve ser aprovado por todos/as os/as integrantes para se juntar àquela CL específica.

A CL realizará uma reunião regular por mês, de preferência em um dia da semana fixo – por exemplo: primeira segunda de cada mês; segunda quarta de cada mês, a fim dos

membros poderem se organizar de forma antecipada em sua agenda anual. A participação regular nas reuniões é dever dos/as associados/as da Comunidade 3A. Em caso de ausência, ela deve ser justificada à liderança ou diretamente ao grupo, em nome do compromisso com o coletivo. Caso seja reiterada, o membro pode optar por deixar de ser um/a associado/a e permanecer como um/a apoiador/a da Comunidade 3A. Neste caso, ele apoia as ações coletivas, o Fundo Solidário, mas não é integrante regular daquela célula.

Cada reunião deve ter, pelo menos, 3 horas de duração – e não mais de quatro horas, para não se tornar exaustiva. A fim de que a metodologia seja devidamente aplicada, os encontros devem ser realizados em um espaço agradável, acolhedor e onde as pessoas se sintam confortáveis. Não deve ser em um lugar onde haja elementos externos que possam distrair a atenção – barulho, pessoas circulando, movimento de veículos etc. Um lanche comunitário deve ser garantido no espaço, como gesto de comunhão e partilha, cabendo aos membros trazerem suas contribuições para ele.

O encontro deve ser iniciado com uma dinâmica centrada no exercício de uma *mística* sobre a importância da convivência, da solidariedade, do cuidado mútuo, da amorosidade, o compromisso com nossa ancestralidade e com os que virão etc. Caberá à liderança local ou ao grupo definir o responsável pela mística em cada mês – podendo ser, inclusive, sempre a mesma pessoa. Ela não deve durar mais de dez minutos, pois sua função é colocar os/as associados/as na mesma sintonia naquele momento. Ela pode ser manifestada a partir de alguma atividade coletiva, um poema, uma música, um pequeno vídeo, enfim, o que o responsável por ela considerar adequado. Esse material objetiva criar um ambiente de relaxamento, serenidade e acolhimento no espaço.

A seguir, a reunião é aberta com o momento chamado “Atualização”. Nele, cada um/a dos/as integrantes fala, de forma objetiva e no máximo cinco minutos – muito importante respeitar este tempo - como foi seu mês em termos pessoais, familiares, profissionais e “sociopolíticos”. Todos/as devem se pronunciar. Ao final da última fala, se estabelece um momento de reflexão, em silêncio, de até dois minutos, para o acolhimento do que foi ouvido.

Feito isso, e considerando a escuta de cada um/a, o grupo deve eleger um membro que aparenta estar com alguma questão que demanda maior cuidado coletivo. Assim, ele/a terá espaço para falar mais sobre a questão específica que chamou a atenção do grupo.

El/a terá cerca de dez minutos – nunca mais de 15 - para falar sobre o que a atinge, em especial, naquele momento de sua vida.

Após sua fala, temos o momento do “espelhamento”. Mais do que buscar “aconselhar”, o membro que desejar – nem todos/as precisam fazer isso – compartilhará sobre como recebeu a fala e a que ela lhe remete em relação a sua vivência. Não cabe querer “ensinar” como a pessoa tem de agir, mas compartilhar vivências que possam auxiliar em sua reflexão e sua ação posterior. Ao final do “espelhamento”, o/a integrante que foi eleito para compartilhar sua questão específica poderá ter mais cinco minutos para se colocar e comentar sobre o que foi falado e as pessoas podem interagir com algum tipo de sugestão, se acharem devida. Como fica evidente, é necessário que os tempos de fala e escuta sejam respeitados para que todas as pessoas participem dos diálogos. Quem tem necessidade de falar muito deve ter sua escuta estimulada, assim como aquela que se sente tímida deve ter sua fala estimulada. Isso é uma tarefa não apenas da liderança, mas de todo o coletivo.

O ponto seguinte da reunião, e não menos importante, é a leitura da conjuntura nacional e estadual. Ela tem como ponto de partida um texto regular (escrito ou falado, em vídeo) enviado pela liderança estadual. Este texto é o ponto de partida para a reflexão comum, com cada pessoa podendo falar em torno de 3 minutos.

A promoção de ações locais deve ter em pauta iniciativas que melhorem as condições de exercício da dignidade humana, em todas as dimensões. Para fundamentá-las, a cada início de ano a Comunidade Local deve fazer uma análise sobre as mudanças e permanências ocorridas no território e avançar na elaboração de um Plano de Ação Anual que orientará as intervenções locais do coletivo. Ao final de um ano de atuação, o Plano é avaliado e elaborada uma nova versão, que busque avançar nos pontos positivos do anterior e corrija os problemas, erros e procedimentos considerados equivocados.

Assim, depois da leitura de conjuntura enviada pela liderança estadual, a liderança ou um dos membros, de acordo com definição anterior, deve apresentar uma leitura sobre a conjuntura do território local, tendo como referência a perspectiva dos caminhos para a construção do seu desenvolvimento social, econômico, cultural e político, assim como da correlação de forças local para essa construção. A intenção da leitura do território é

buscar saber o que ocorreu na dinâmica local naquele mês em termos de ações das instituições locais e também das forças governamentais e outros poderes locais.

Feita a leitura inicial sobre a conjuntura local, são abertas as inscrições para que os/as integrantes que desejarem se manifestem, considerando a correlação de força no território e os passos que estão sendo dados para ampliar suas condições de desenvolvimento, de forma global. No terceiro e último momento da reunião serão realizados os encaminhamentos, sempre se tendo em vista as demandas apresentadas pelas pessoas no momento de partilhar – base para a construção das ações de cuidado solidário, assim como ter no horizonte de atenção o Plano de ação elaborado pelo coletivo local no início de sua atuação no território.

3. Como surgirão novas Comunidades Locais?

A cada seis meses, no máximo, os membros deverão buscar realizar um encontro social, que reúna também membros de fora da célula, que alimente as relações para além dos momentos de reunião e trabalho coletivo. Além disso, estes encontros podem estimular que novas pessoas queiram participar da comunidade 3A. Afinal, uma meta estratégica para o território é que sejam nele constituídas diversas Comunidades Locais, distribuídas pelos diferentes espaços. Assim, depois de um ano como integrante de uma CL, o/a integrante deve ser estimulado/a a liderar a criação de outra comunidade local, com as mesmas características. Por isso, cada membro deve se preparar e ser preparado para agir como uma liderança, se sentindo capaz de constituir uma nova célula. Naturalmente, a pessoa não é obrigada a sair de sua comunidade original mesmo constituindo e participando de outra.

Concluindo, a metodologia proposta tem o caráter de “inspiração”. A comunidade local tem a liberdade de utilizar outras formas de metodologia que considere mais adequada para a realidade do grupo. Acima de tudo, deve ser garantido o espírito da fala, da escuta, do cuidado mútuo e o alimento do desejo de atuar no mundo na perspectiva de fortalecer a radicalização da democracia e a emancipação humana a partir da ampliação da representatividade do povo periférico e negro, em particular, nos espaços de poder.